

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 166.500 - SP (2019/0173841-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : ENTERPA ENGENHARIA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : ABACON PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/S LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTONIO - SP146360
DANIEL MACHADO AMARAL - SP312193
MARILIA OLIVEIRA CHAVES - SP322210
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL CÍVEL DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO : JUÍZO DA 39ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP
INTERES. : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, instaurado por **ENTERPA ENGENHARIA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, envolvendo o r. Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível de São Paulo/SP, no qual se processa a recuperação judicial da suscitante (Processo nº 1007562-10.2018.8.26.0100), e o Juízo da 39ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, onde tramita a execução fiscal nº 00013820720155020039, ajuizada por Fazenda Nacional.

Alega, em resumo, que: **i)** "(...) O MM. Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial do Foro Central de São Paulo deferiu o processamento da Recuperação Judicial, tendo determinado a suspensão de todas as ações e execuções contra a Recuperanda pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para que fosse possível a manutenção das atividades, fonte de empregos, arrecadação e concorrência na oferta de seus produtos."; **ii)** "(...) Paralelo ao processo de recuperação judicial, é certo que tramita perante a 39ª Vara do Trabalho de São Paulo, ação de execução fiscal, processo n.º 0001382-07.2015.5.02.0039 somente contra a empresa ENTERPA ENGENHARIA LTDA."; **iii)** "(...) o Juízo Trabalhista deferiu não somente o bloqueio judicial de diversos bens da executada, via sistema BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD, os quais alguns, inclusive, foram objeto de leilão, mas também, determinou a desconsideração da personalidade jurídica da ENTERPA."; **iv)** "(...) ante o deferimento do processamento do pedido de Recuperação Judicial ajuizado pelas Suscitantes, o I. Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial do Foro Central da Comarca de São Paulo tornou-se competente para definir, exclusivamente, quaisquer atos de constrição de bens em face

Superior Tribunal de Justiça

das empresas Recuperandas, conforme restará demonstrado."

Diante disso, postula, **liminarmente**, o sobrestamento da execução fiscal em epígrafe com a consequente designação do Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível de São Paulo/SP para decidir sobre a destinação dos valores apurados. **No mérito**, requer a declaração da competência do juízo universal para determinar atos executórios do crédito reconhecido na demanda fiscal, em curso na 39ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP.

Às fls. 192/194 este signatário indeferiu o pedido liminar. Prestadas as informações (fls. 197/199 e 209/212), o MPF opinou pelo não conhecimento do presente conflito de competência. (fls. 205/207)

É o relatório.

Decide-se.

1. Inicialmente, destaca-se a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o exame do presente incidente, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

2. É cediço o entendimento desta Corte de que não traduz violação ao juízo atrativo da falência e da recuperação judicial o prosseguimento, perante a Justiça do Trabalho, de execuções contra sócios não atingidos pelo plano de recuperação ou pela decretação da falência, a teor do enunciado n. 408 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça. Nessa linha, confira-se: AgRg no CC 136779 / MT, Rel. Min. **Marco Aurélio Bellizze**, DJe de 02/12/2014; CC 128.468/SP, Relator o Ministro **Ricardo Villas Bôas Cueva**, DJe de 19/02/2014; AgRg no CC 129.780/RJ, Rel. Min. **Luis Felipe Salomão**, DJe de 14/10/2013; AgRg no Código Civil 121.487/MT, Relator o Ministro **Raul Araújo**, DJe de 01/08/2012.

Na hipótese dos autos, consoante informações prestadas pelo r. juízo laboral (fls. 197/199), no sentido de que "(...) *com a informação da recuperação judicial das suscitantes em 20.05.2019 (fls. 135/157), este Juízo já está determinando a suspensão dos atos executivos em desfavor das mesmas, bem como o cancelamento da referida penhora de faturamento.*", corroboradas pelo parecer ministerial, de rigor o não conhecimento do presente conflito de competência, ante a redação do art. 66 do CPC/15.

3. Do exposto, com fundamento no art. 955, do CPC/15, não conheço do presente conflito de competência.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

